

Live debate a privatização da Ceasaminas e a reforma administrativa



No último dia 13/07 foi realizada uma live para debater a privatização da Ceasaminas e o desmonte do Estado com a PEC 32/20 – da reforma administrativa. Participaram do debate os diretores do SINDSEP-MG Sônia Barcelos Reis, Rogério Exedito e Jussara Griffó, além do deputado Federal, Patrus Ananias e do deputado estadual Betão. Sônia Barcelos, que é trabalhadora da Ceasaminas citou exemplos de outros países que privatizaram serviços estratégicos, mas que depois de algum tempo, reestatizaram estes serviços, pois concluíram que a privatização não surtiu o efeito desejado. A diretora questionou também o valor de venda da Ceasaminas, que representa apenas 10% do valor real da empresa.

Para Rogério Exedito, diretor do SINDSEP-MG e da Condsef/Fenadsef, a questão da privatização não só da Ceasaminas, mas também de outras empresas que estão sendo entregues de bandeja para a iniciativa privada, não vem de agora. É um modelo de governo que vida à entrega de setores estratégicos. “É um processo prejudicial à sociedade. E a sociedade precisa se unir para impedir que isso aconteça. O processo de privatização da Ceasaminas faz parte de um projeto de retirada de direitos, assim como foi com as reformas trabalhistas e da previdência”, afirmou.

Jussara Griffó, diretora da Condsef/Fenadsef e do SINDSEP-MG afirma que a privatização não tem nenhum papel social. Ao contrário, é a defesa do lucro sobre a vida. Como exemplo citou as consequências da privatização da Vale. Para a diretora, o governo não defende o Estado, só quer a sua destruição. E a privatização da Ceasaminas é um exemplo disso. Jussara falou ainda sobre a situação dos trabalhadores da Ceasaminas que estão há mais de seis anos sem acordo coletivo, mas seguem defendendo a empresa. “O governo alega que privatiza para melhorar, mas não melhora nada. Estamos em um momento em que a população está necessitada de mais serviços públicos, mas o governo quer acabar com tudo! A melhoria do serviço público passa necessariamente por mais investimentos e concurso público”.

Segundo o deputado estadual Betão, o capitalismo vive a maior crise de todos os tempos, com fortes ataques à classe trabalhadora. Lembrou que quando os capitalistas querem aumentar seus lucros, aumentam a exploração sobre os trabalhadores. Foi assim com a EC 95/16, com as reformas trabalhista e da previdência e agora com as reformas administrativa, tributária e as privatizações. E não é só o governo federal que está querendo entregar nosso patrimônio de bandeja à iniciativa privada. Em Minas Gerais, o governo Zema também quer privatizar a Cemig e a Copasa. O deputado se diz bastante preocupado com a questão da Ceasaminas e as consequências da privatização para a população mineira. E colocou-se à

disposição do SINDSEP-MG para auxiliar na luta contra os inúmeros ataques desse governo à classe trabalhadora.

Para o Deputado Federal Patrus Ananias, o Brasil vive uma ameaça constante ao Estado Democrático de Direito com o desmonte das políticas públicas e do próprio Estado com as privatizações. E que “essa onda neoliberal vem desde o golpe de 2016 que prega Estado mínimo para os pobres e Estado máximo para os ricos”. Para Patrus é necessário integrar as lutas contra as privatizações e o desmonte das políticas públicas promovidas pela PEC 32/20.

Em todas as falas é unânime a unificação das lutas contra a destruição do Estado como quer esse governo. E cobrar dos parlamentares a defesa do Brasil e da democracia.

‘Reforma’ administrativa pode restringir concurso e ampliar compadrios

Concurso público e vínculo de experiência foram os temas da audiência pública realizada no último dia 13/07, da Comissão Especial que analisa a proposta de “reforma” administrativa. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 define cinco tipos de vínculos: vínculo de experiência, por prazo determinado ou indeterminado, cargo típico de Estado e de liderança ou assessoramento. Durante a audiência, foi apontada necessidade de “modernizar” o concurso, mas também foi questionada, por outro lado, a possibilidade de ampliação de situações de “compadrio” no serviço público, comprometendo a autonomia do servidor.

Para Gervásio Mata (PSB-PB), por exemplo, a “deforma”, como ele se refere ao projeto, traz “um risco gigantesco de favorecimento político” com o chamado vínculo de experiência. “Se aprovado, representará um arrumadinho para o poderoso de plantão selecionar a seu bel-prazer quem será o escolhido num concurso público”, afirmou o deputado.

Desempenho e estabilidade

Pelo texto original, o vínculo de experiência seria uma etapa do concurso público. Para assumir um cargo típico de Estado, a pessoa deveria cumprir um período de pelo menos dois anos “com desempenho satisfatório”. E para ter estabilidade seria necessário um ano de efetivo exercício nesse cargo.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF) a proposta permite a ampliação da terceirização e do comissionamento. “Modernizar o Estado voltando à lógica do compadrio, da República Velha?”, questionou. Já Alice Portugal (PCdoB-BA) criticou o prazo “exíguo” e o momento “completamente crítico” de discussão do projeto. Segundo ela, é um PEC “fiscalista, mal preparada tecnicamente, que atropela regras vigentes na Constituição”.

Profissionalização

Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, Felipe Drumond afirmou que regras que protejam de perseguição política representaram um grande avanço, mas acrescentou que os concursos fazem uma “seleção metodologicamente ultrapassada”. O que, segundo ele, dificulta o próprio planejamento do serviço público. Além disso, seria preciso “profissionalizar” cargos e chefias de médio escalão, responsáveis pela avaliação de desempenho do servidor.

Para o professor de Administração Pública Fernando de Souza Coelho, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (Each-USP), é preciso pensar não apenas no concurso, mas em políticas públicas de gestão de pessoal. “Muitas vezes o concurso é tratado de forma isolada, e não pensamos a relação com os diversos subsistemas de recursos humanos.” Assim, segundo ele, essas práticas, principalmente em estados e municípios, várias vezes são “anacrônicas”. Souza Coelho também fez críticas a concursos “que não conseguem aferir conhecimento”, além de “editais que não são revisados” e “falta de planejamento da força de trabalho”.

Ajuste fiscal

A PEC 32 tem a pretensão de remodelar o Estado brasileiro “com forte componente de ajuste fiscal”, destacou o economista Max Leno de Almeida, da subseção do Dieese na Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Ajuste que vem sendo aprofundado com outras medidas, como o teto de gastos e própria “reforma” da Previdência. Max acrescentou que

muitos itens da proposta se baseiam nessa visão de redução do papel do Estado. E de “responsabilização dos servidores públicos pela situação em que a própria economia brasileira se encontra”. O relator da PEC 32, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), pareceu ter se irritado com as várias críticas ao projeto. “Eu não posso me conformar com a ideia de que uma reforma administrativa não seja oportuna. Se o texto que veio não nos satisfaz, é outra história”, reagiu. “Temos toda a liberdade para podermos colocar no bojo da lei aquilo

que entendemos ser um caminho para melhorar o serviço público brasileiro. Seria uma demonstração de incapacidade nós simplesmente dizermos que a reforma não presta”, disse o deputado. Arthur Maia também relatou a “reforma” da Previdência, em 2019, e a lei que flexibilizou as terceirizações em todos os setores de atividade, em 2015.

Vínculos precários

Rogério Correia (PT-MG) também chamou o projeto de “deforma” administrativa”. “Não melhora, desmancha o serviço público”, afirmou criticando ainda o ministro da Economia, Paulo Guedes, que na semana passada foi à comissão especial. “Não nos trouxe absolutamente nada, não trouxe um gráfico, um dado de como ele espera ter uma recuperação do serviço público. Ele fez conjecturas.” Para o deputado, com as mudanças os vínculos trabalhistas serão “completamente precários”.

Estabilidade

A estabilidade no serviço público será discutida hoje em audiência da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma administrativa (PEC 32). Esse é o ponto mais polêmico da proposta e motivo de maior preocupação dos servidores de todo o país.

A reforma extingue a estabilidade e mantém essa prerrogativa apenas para as carreiras de Estado — que ainda serão definidas por lei específica. Parlamentares e representantes de diversas entidades vão debater as condições para aquisição dessa garantia. O encontro está agendado para as 14h30.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ANOS DE 2019/2020

Dia 16/07 - 6ª feira - às 17h (1ª Chamada) e às 18h (2ª Chamada)

SINDSEP-MG
CONDSEF - FENADSEF CUT

PARTICIPE PELO LINK:

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MzFkOTZhNjltYTU4ZC00MzkxLWJmZjYtYmZiZDk1NGI1NGY5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbeecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d